

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 18/05/2017

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas e quarenta e três minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria Estadual da Saúde do Tocantins (SES-TO), deu-se início a 4º (quarta) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2017, com a presença dos membros: **Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO):** Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Planejamento do SUS; Carlos Felinto Junior/Superintendente de Políticas de Atenção a Saúde, Hernane Farias Monteiro/Assistente Administrativo da Diretoria de Recursos do SUS; Laudecy Alves do Carmo Soares/Diretora da Escola Tocantinense do SUS; Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Diretora de Controle e Avaliação; Marilene Coutinho Borges/Gerente da SUPLAN e Vera Lucia Carvalho/Analista Técnico Administrativa da CES. **Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS-TO):** Clésio Alves da Silva/SMS de Brasilândia; Maria das Dores Abreu Farias/SMS de Sítio Novo; Jean Luís Coutinho/1º (primeiro) Vice-presidente do COSEMS e SMS de Araguaína; Sinvaldo dos Santos Moraes SMS de Cristalândia; Valéria Silva Paranaguá/Diretoria Administrativa e SMS de Lajeado e Vânio Rodrigues de Souza/Presidente do COSEMS e SMS de Gurupi. A Sra. Luiza Regina Dias Noleto neste ato, representando o Sr. Marcos Esner Musafir, Secretário Estadual de Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), abriu os trabalhos apresentando o que segue: **PONTOS DE PAUTA PARA PACTUAÇÃO E APROVAÇÃO: ITEM 1- Pactuação e Aprovação da Pauta.** Pauta aprovada pela plenária. A Expositora Sr.^a Nayara Samya Costa Chaves Nogueira Tabanes/Gerente da Secretaria Geral da CIB relata que o Sr. Juliano Ribeiro Secretário de Saúde de Chapada da Natividade solicitou a exclusão do Item A do Ponto de Pauta Para Informes. Aprovado a retirada do Item A do Ponto de Pauta Para Informes. A Sr.^a Luiza Regina informa que foi solicitada a antecipação do Item B do Ponto de Pauta Para Informes. Item B. **Informe sobre os Projetos Apoiadores COSEMS/CONASEMS do Hospital Alemão e apresentação dos Apoiadores:** Expositor o Sr. Wolney Jácomo de Sousa/Coordenador Assessoria Técnica do COSEMS. O Sr. Vânio faz uso da palavra para esclarecer que o COSEMS foi contemplado com projeto apoiadores do CONASEMS onde tem três apoiadores selecionados por aquele hospital que estão iniciando as atividades aqui no Tocantins para fortalecimento dos gestores e vai ser discutido internamente e ampliados

33 com mais dois apoiadores que vai ser contratado com recursos da própria instituição, relata
34 que vai ter uma capacitação em São Paulo que vai trazer enriquecimento para os gestores e
35 autoridades sanitárias. O Sr. Wolney Jácomo inicia informando que o projeto Rede
36 Colaborativa para fortalecimento da gestão do SUS vem para o estado do Tocantins com
37 empolgação por partes dos representantes do COSEMS, tem certeza que os gestores
38 municipais terão grande auxílio por partes desses apoiadores que foram selecionados para
39 atuar nas regiões de saúde do estado do Tocantins, e esse é o passo inicial para que venha
40 corroborar para com os processos de gestão nos municípios, em especial dizer que o projeto
41 se inicia com poucos recursos porque faz parte de um recurso que restou no Hospital
42 Alemão e por isso tem uma duração de curto prazo no qual os apoiadores iniciarão as
43 atividades no mês de junho a dezembro, é um curto período de tempo e acaba sendo
44 sacrificado porque são três apoiadores somente para atender todo o estado é um insuficiente
45 para as demandas surgidas, no entanto estão trabalhando junto com uma equipe bastante
46 engajada no sentido de criar estratégias para que consigam atender essas demandas e em
47 especial fazer com que todos os processos de gestão passam a serem processos
48 significativos, visto que os municípios atendem uma demanda gerada pelo Ministério do
49 Trabalho (MT) simplesmente com fins de cumprir protocolos. O expositor relata que a
50 intenção desse projeto é dar significâncias para esses projetos de gestão. Na sequencia o
51 expositor apresenta os colaboradores: Perciliana, Maria da Conceição e Iata, e
52 antecipadamente agradeceu a colaboração que irão prestar aos municípios. O Sr. Vânio
53 parabeniza o Sr. Wolney Jácomo pelo início dos trabalhos e dos apoiadores selecionados
54 esclarecendo que esse é um recurso que o CONASEMS conseguiu via Programa de
55 Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proad/SUS) com o Hospital
56 Alemão onde havia um pleito de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e foram
57 contratados 160 (cento e sessenta) apoiadores para todo País e desses 160 (cento e sessenta)
58 só conseguiram três para o Tocantins por isso esse numero insuficiente para a demanda é
59 um projeto inicial e tem tudo para dar certo e conseqüentemente ter a continuidade, relatou
60 que a contratação vai ser feita ainda esse ano, mas haverá uma continuidade, e associada a
61 isso já tem uma discussão avançada no CONASEMS, relatou que vão participar da reunião
62 na próxima semana e que é uma parceria fechada entre o CONASEMS e a Vigilância em
63 Saúde que também trará novos apoiadores para o País. O Sr. Clésio Alves SMS de
64 Brasilândia pede para que os apoiadores se apresentem, e assim foi feito. O Sr. Iata
65 Anderson, enfermeiro do município de Augustinópolis foi selecionado para ser apoiador

66 dessa rede sabe que é um grande desafio que vai enfrentar no âmbito das necessidades dos
67 municípios, relatou que está preparado para o desafio que coragem e força de vontade têm e
68 a função de apoiadores não vai estar somente nos instrumentos de gestão porque sabe que
69 uma das maiores dificuldades dos municípios e tentar trabalhar de um modo geral para de
70 fato levar saúde para os munícipes. A Sr.^a Maria da Conceição, enfermeira e gestora se
71 apresentou e relatou que tem tudo para desenvolver um bom trabalho pensando mais na
72 integralidade do que nos instrumentos de gestão, e também na integralidade nas ações, e
73 quando retornar da oficina terá certeza do que irá fazer, relata que está elaborando um pré-
74 projeto já desenvolvido para execução, mas precisa da aprovação do Hospital Alemão para
75 poder inserir, por isso não irá apresentar hoje, será apresentado posteriormente e espera
76 atender bem a sua região. A Sr.^a Perciliana, enfermeira se apresenta e diz estar feliz com os
77 novos desafios porque é determinada a aprender porque busca conhecer as coisas e só fala
78 quando tem certeza. **ITEM 2 – Pactuação e Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária**
79 **da Comissão Intergestores Bipartite do dia 07 de abril de 2017:** Item 2 aprovado pela
80 plenária com as devidas correções. **ITEM 3 - Pactuação e Aprovação da Ata da Reunião**
81 **Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 20 de abril de 2017:** Item 3 aprovado
82 pela plenária. **ITEM 4 - Pactuação e Aprovação dos Critérios e Fluxo de distribuição da**
83 **Penicilina G Potássica (cristalina) 5.000.000 UI para Hospitais e Maternidades do Estado**
84 **do Tocantins:** A Expositora Gerente Estadual de DST/AIDS e Hepatites Virais - SES – TO
85 Sr.^a Caroline B. Costa da Luz explana sobre o fluxo e critério de distribuição da Penicilina
86 G potássica cristalina para crianças com Sífilis congênita nos Hospitais e Maternidades do
87 Tocantins, como se sabe está havendo uma epidemia de Sífilis no País e os medicamentos
88 para tratamento da Sífilis são de responsabilidade do município e do estado, e o tratamento
89 das gestantes é responsabilidade dos municípios, como está havendo falta de matéria prima
90 desde 2014 o aumento dos preços nas indústrias farmacêuticas foi muito grande, e enquanto
91 estiver em estado de epidemia o Ministério da Saúde (MS) assumiu a compra dos dois, do
92 tratamento de gestante quanto e do recém-nascido (RN), que deve ser usado
93 exclusivamente para este fim; então solicita pactuação e aprovação do fluxo de distribuição
94 para evitar desperdícios do medicamento e desvio do uso deles. A pactuação do fluxo e a
95 distribuição da Penicilina nos hospitais conveniados ou os hospitais de pequeno porte
96 (HPP) que tiverem condições de remanejar esse RN na unidade e a Pactuação dos critérios
97 para a distribuição Penicilina G potássica (cristalina) 5.000.000 UI para os Hospitais que
98 realizam partos no Estado (Estaduais, Conveniadas, Municipais ou HPP); a Resolução CIB

99 N°34/2010 que fala sobre a repactuação de medicamentos de Infecção Oportunista; a nota
100 informativa conjunta N° 024/2017 que é a recebida do MS da Penicilina para distribuição
101 aos hospitais que pede que pactue em CIB essa distribuição; a nota informativa conjunta
102 068/2006 que fala da Sífilis Congênita e neurosífilis em recém-nascidos somente na
103 indisponibilidade dessa Penicilina G Potássica (cristalina), que vem sendo usada nos
104 hospitais na falta da penicilina e o protocolo clínico de diretrizes terapêutica de transmissão
105 vertical de HIV Sífilis Congênita; o esquema terapêutico da nota se refere à dose de 50.000
106 UI de 12/12hs. A Sra. Caroline relata que receberam frascos de 5.000.000 UI para os
107 primeiros dias, trataria 16 RN ao mesmo tempo, e essa é a preocupação em relação ao
108 desperdício já que não receberam ampolas suficientes para tratar todos os casos estimados
109 para o ano. Relatou que serão distribuídos dez frascos para a realização do tratamento de
110 cada caso notificado nas maternidades do Tocantins para que haja um estoque mínimo no
111 intuito de atender futuras demandas; relata que vai ser distribuído medicamento para os
112 novos casos que virão. O número de casos notificados de Sífilis Congênita em 2016/2017,
113 em 2017 já são 265 (duzentos e sessenta e cinco) até essa data, a Sra. Caroline informou
114 que foi feito o levantamento para levar para a CIB em 2016, que esse banco é dinâmico o
115 número pode mudar dependendo da data que foi feito o diagnóstico, relata que tinha 64
116 (sessenta e quatro) casos dia três de maio e ontem olhou o banco que já estão com 90
117 (noventa) casos no estado, o método de cálculo utilizado para a distribuição foi uma média
118 simples, para o primeiro quadrimestre de 2017 a distribuição imediata para cada hospital
119 que notificou vai ser dez ampolas para cada caso; destacou que o fluxo de distribuição da
120 Penicilina G potássica; será retirado na Assistência Farmacêutica Estadual somente
121 mediante a apresentação da guia de remessa emitida previamente pela Gerência de
122 DST/AIDS e HIV do Estado, se tiver algum caso emergencial e não tiver mais o
123 medicamento também será liberado. Para finalizar a expositora passa os contatos (63)3218-
124 4888/1768 - Disque AIDS TO: 0800-645-0112. A Dra. Maria Roseli pede para a expositora
125 contextualizar sobre o número elevado de Sífilis Congênita. A Sra. Caroline esclareceu que
126 a Sífilis Congênita é uma doença transmissível que é adquirida pela realização de sexo
127 desprotegido sem camisinha; a Sífilis Congênita é fruto de uma gestante com sífilis, e a
128 gestante tem como ser diagnosticada e tratada durante o pré-natal, e para isso é preciso que
129 faça o exame de Sífilis no pré-natal, a expositora esclareceu que hoje tem o teste rápido
130 disponibilizado pelo MS ao Estado, e o Estado distribui aos municípios. É necessário que
131 se faça o teste rápido, e inicie o tratamento imediatamente após o teste, exatamente na

132 intenção de enfrentar a epidemia, mas o município tem que ofertar esse teste rápido dessa
133 gestante tanto de Sífilis quanto de HIV e Hepatite B. A Dra. Maria Roseli pergunta porque
134 não está sendo ofertado pelos municípios. A expositora esclarece que tem municípios que
135 nem estão cadastrados no sistema que faz a logística do teste, outros estão cadastrados
136 alimentam o sistema, mas não retiram, e alguns não fazem em todas as gestantes. A Dra.
137 Maria Roseli relata que vai fazer uma requisição para que passe as informações desses
138 municípios omissos, e em relação aos hospitais tem que realizar também os testes rápidos
139 quando a gestante interna. A Dra. Maria Roseli pergunta se os hospitais também não estão
140 fazendo. A expositora esclarece que os hospitais do estado todos estão fazendo alguns
141 municípios estão fazendo só HIV e o HDMR faz quase 100% o teste de HIV, Sífilis e
142 Hepatite B. A Dra. Maria Roseli solicita uma relação dos hospitais públicos e privados que
143 não estão disponibilizando os testes rápidos para poder acionar as promotorias
144 competentes, inclusive criminais, porque é inadmissível. Relata que na CIB é um momento
145 importante para se discutir isso, a responsabilidade é de todos, é da gestão e dos órgãos de
146 controle, mas todos devem estar preocupados com essa planilha. O Sr. Jean, SMS de
147 Araguaína quer saber como é que fica o fluxo das unidades que estão fazendo os testes
148 rápido para os hospitais, porque estão com dificuldades de comprar porque está em falta,
149 como que fica o fluxo da unidade para o hospital, se for detectado no pré-natal como é que
150 vai ser o fluxo. A expositora esclarece que na verdade o bebê vai nascer no Hospital D.
151 Orione, onde o tratamento da gestante já está disponível desde 2016. Relatou que foi feito
152 um levantamento das notificações dos anos anteriores e com isso a atenção primária fez um
153 dimensionamento de distribuição para todos os municípios em cima dessas notificações,
154 onde tem disponível na assistência farmacêutica para ser retirado o medicamento, e o
155 tratamento da gestante e dos parceiros sexuais na atenção básica. O Sr. Jair Aguiar, SMS de
156 Tocantinópolis relata que no seu município tem um hospital municipal com referência em
157 obstetrícia e sendo feito esse diagnóstico ainda durante a gestação após o nascimento como
158 vai solicitar a retirada do medicamento quais são os critérios, exigência de profissionais. A
159 Sra. Caroline pediu para entrarem em contato com a gerência de DST do Estado fazendo a
160 solicitação por meio de um boletim onde estão pactuando para poder organizar fluxo, os
161 modelos de formulários que vão ser usado serão encaminhados a todos os municípios
162 explicando passo a passo de como vai funcionar e vai ter um boletim de solicitação que vai
163 para a área que tem que vir acompanhado da cópia da notificação da Sífilis Congênita, e no
164 momento que for solicitado será feito uma guia de liberação e poderá ser retirado o

165 medicamento na farmácia, relatou que não existe a possibilidade de ter esse medicamento
166 em estoque no hospital, exatamente pensando no desperdício porque esse medicamento
167 pode vencer ou ser usado para outros fins, tem tempo suficiente para diagnosticar o caso e
168 iniciar o tratamento porque a Sífilis Congênita pode ser diagnosticada até os dois anos de
169 idade. O Sr. Roberto Sampaio, SMS de Alvorada relata que tem muitos municípios como o
170 dele que trocou a equipe toda e não tem nenhum profissional capacitado pela área técnica
171 para teste rápido, e como faz para capacitar os profissionais da atenção básica. A Dra.
172 Maria Roseli afirmou que sempre na troca de gestão é necessário que haja transição, o
173 gestor que abre mão de toda uma equipe capacitada para colocar uma equipe que não
174 conhece o sistema ele pode ser responsabilizado, não é assim que faz transição de saúde. O
175 Sr. Roberto Sampaio esclarece que o município de Alvorada teve um profissional
176 capacitado em 2012, relata que está na gestão há cinco meses e na gestão anterior não teve
177 mais nenhum profissional capacitado e a equipe que saiu não autorizou transição no
178 município de Alvorada. A Sr.^a Caroline explica que em relação à capacitação é feita quatro
179 durante o ano e estão estudando uma forma de descentralizar isso, que estão esperando um
180 aval do MS para apresentar em CIR, como é que vão fazer para descentralizar exatamente
181 para tentar capacitar mais pessoas. Relatou que hoje tem no estado quase mil capacitados
182 em teste rápido, e já foi feita duas capacitação esse ano em Gurupi e Palmas, informou que
183 quando fazem capacitações mandam ofícios para todos os municípios pedindo que mandem
184 pelo menos um profissional, e geralmente tem municípios que não mandam, relatou que
185 tem oito municípios que nunca mandaram nenhum profissional para fazer capacitação, e
186 não são feitas todas em Palmas, sempre fazem nas regiões de saúde para que os municípios
187 não precisem se deslocarem tanto para fazerem capacitações. A expositora informou que
188 tem uma agendada para o dia 20 de junho em Araguaína. O Sr. Jean coloca um
189 questionamento que em Araguaína os médicos das unidades básicas não queriam aplicar a
190 medicação por causa das reações alegando que não tinha suporte para possíveis reações.
191 Relatou que em Araguaína foi montado um KIT mala idêntico ao do SAMU para que se
192 houvesse reação. A Sr.^a Caroline esclarece que em relação à reação da penicilina o estudo
193 diz que existe maior risco com a dipirona do que com a penicilina benzatina. tem portaria
194 do MS, tem liberação do COREN dizendo que o profissional pode administrar na atenção
195 básica porque o risco dessa reação é muito pequeno, e isso já não é mais empecilho para
196 não administrar medicamento na atenção básica. A Sr.^a Rose de São Miguel esclarece que
197 hoje o curso de capacitação do teste rápido é online, que qualquer pessoa pode entrar no

198 sistema, se cadastrar, fazer a parte teórica no site e depois ligar na área técnica estadual e
199 agendar um dia de prática em Palmas. E ressaltou que para as equipes que já trabalham com
200 o processo do pré-natal com as gestantes, que uma das dificuldades que enfrenta e busca
201 muito é a questão do parceiro, porque se tratar a gestante, mas se ela tiver relações com o
202 parceiro infectado no mês do parto ela vai se infectar, e as equipes tem que se esforçar
203 muito e trazer também os parceiro para fazer o pré-natal do casal. O Sr. Sinvaldo SMS de
204 Cristalândia relata que quando assumiu a Secretária a primeira coisa foi procurar todas as
205 áreas técnicas e as três enfermeiras da atenção básica foram capacitadas via online; a
206 coordenadora da Vigilância em saúde já disponibilizou preservativos, ciclos 21 testes
207 rápidos de Sífilis, HIV; Hepatite viral, toda a equipe já se capacitou e a área técnica já
208 liberou, tem essas possibilidades de correr atrás, se não está sendo feito o Venereal Disease
209 Research Laboratory (VDRL) está garantido na rede cegonha. A Dr^a. Maria Roseli relata
210 que o direito da criança de nascer com integridade física, esse direito é indisponível, sabe-
211 se que as equipes tem a responsabilidade de fazer a busca ativa das gestantes e tentar
212 convencer o parceiro de se tratar, caso haja recusa do parceiro procurem o Promotor
213 Público da Comarca, porque esse parceiro é obrigado a se tratar em razão da situação de
214 risco da criança nascer contaminada, e se não souberem quem é o promotor da comarca
215 pode ligar no telefone 3216-7604 da diretoria de expediente do MP e verificar qual é o
216 promotor que atende o município porque nem todo município é comarca. Item aprovado
217 pela plenária. ITEM 5 - Pactuação e Aprovação da Complementação da Tabela SUS do
218 município de Porto Nacional – TO para Consultas e Procedimentos de Especialidades
219 (Imagem, Laboratório de Análises Clínicas, Oftalmologia e outros exames de Média e Alta
220 Complexidade - MAC), Média e Alta Complexidade Ambulatorial nos serviços próprios e
221 referenciados: Expositor Secretário Executivo de Porto Nacional – TO. O Sr. Silvio Marcos
222 de Oliveira Lira quer otimizar a apresentação diante do tempo e também da proposta haja
223 visto que esse mesmo objeto já foi apresentado pelo município de Palmas, relatou que
224 município de Porto Nacional tem necessidade de compra dos serviços de imagens, de
225 laboratório de análises clínicas e procedimentos eletivos de cirurgias oftalmológicas no que
226 corresponde os serviços próprios e os serviços referenciados, essa proposta se da haja visto
227 que o município não dispõe desses elementos nesse momento e a necessidade da
228 continuidade do serviço. Item aprovado pela plenária. ITEM 6 - Pactuação e Aprovação da
229 Proposta de Projeto N° 11439.826000/1170-02 para Aquisição de Equipamentos e
230 Materiais Permanentes (Transporte Sanitário Eletivo) do município de Divinópolis do

231 Tocantins – TO, no valor de R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), referentes à Emenda
232 Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Deputada Josi Nunes: Solicitante: Adriana Alves
233 Pereira/ Secretária Municipal de Saúde de Divinópolis do Tocantins – TO. Item aprovado
234 pela plenária. ITEM 7 Pactuação e Aprovação da Reprogramação da Proposta de Projeto
235 N°. 11952334000/1140-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para
236 a Unidade Básica de Saúde do município de Lajeado – TO, no valor de R\$300.000,00
237 (trezentos mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 16400009 do Parlamentar
238 Osvaldo de Souza Reis: A Expositora Secretária Municipal de Saúde de Lajeado – TO a.
239 Sr.ª Valéria Silva Paranaguá relata que apresentou na prévia e que assim que chegou na
240 SES encontrou um recurso de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) depositado pelo MS pela
241 Emenda Parlamentar e adequando os valores hoje atuais não daria para adquirir os
242 equipamentos do plano de trabalho e foi feito uma reprogramação e esta pedindo
243 autorização da CIB para poder encaminhar para o MS, e relatou que o dinheiro está em
244 conta desde 2014. A Sr.ª Luiza Regina esclarece que com o valor de R\$300.000,00
245 (trezentos mil reais), adquirirá os mesmos equipamentos em menor quantidade. A Sr.ª.
246 Valéria Silva explica que continua sendo um veículo 4X4 e também será um transporte
247 sanitário. Item aprovado pela plenária. ITEM 08 - Pactuação e Aprovação do
248 Remanejamento de Serviços Tetos Físico e Financeiro para municípios na Programação
249 Pactuada e Integrada da Assistência (PPI)/2017 do Estado do Tocantins: A Expositora
250 técnica da Diretora de Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria/SES a Sra. Simone
251 Rios inicia informando que alguns municípios solicitaram remanejamento de Serviços,
252 Tetos Físico e Financeiro da PPI sendo: o município de Ponte Alta do Bom Jesus está
253 solicitando vários procedimentos na modalidade ambulatorial, patologia clínica; consulta
254 médico psiquiatra, atendimento de urgência; observação de 24 horas, onde está tirando do
255 município de Taguatinga e encaminhando para o município de Ponte Alta do Bom Jesus
256 gestão municipal, onde o procedimento de anestésias foram desfavorável, perfazendo um
257 valor anual de R\$ 46.963,53 (quarenta e seis mil novecentos e sessenta e três reais e
258 cinquenta e três centavos). No próximo está retirando para vários procedimentos na
259 modalidade ambulatorial, hematologia e uroanálises simples do município de Marianópolis
260 e remanejando para o município de Caseara gestão municipal perfazendo um valor anual de
261 R\$ 22.033,68 (vinte e dois mil trinta e três reais e sessenta e oito centavos) e todos os
262 serviços foram favoráveis tendo em vista que tem os serviços cadastrados. Na seqüência o
263 município Chapada da Natividade gestão municipal pede transferência de Porto Nacional

264 gestão estadual e municipal remanejando vários procedimentos na modalidade ambulatorial
265 para o município de Chapada da Natividade gestão municipal onde todos os procedimentos
266 foram favoráveis, perfazendo um valor anual de R\$ 30.720,16 (trinta mil setecentos e vinte
267 reais e dezesseis centavos). Também o município de Guaraí solicita transferência
268 Araguaína gestão estadual e municipal remanejando vários procedimentos na modalidade
269 ambulatorial consultas de atenção especializadas, para o município de Guaraí gestão
270 municipal onde todos os procedimentos foram favoráveis, perfazendo um valor anual de R\$
271 73.316,30 (setenta e três mil trezentos e dezesseis reais e trinta centavos). Lagoa da
272 Confusão gestão municipal retira do município de Gurupi os procedimentos de Ultra-
273 Sonografia e remanejando para o município de Lagoa da Confusão gestão municipal, onde
274 todos os procedimentos foram favoráveis, perfazendo um valor anual de R\$ 5.272,82 (cinco
275 mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos). Do município de Paraíso do
276 Tocantins remaneja os procedimentos de Ultra-Sonografia para o município de Lagoa da
277 Confusão gestão municipal onde todos os procedimentos foram favoráveis perfazendo um
278 valor anual de R\$ 5.409,17 (cinco mil quatrocentos e nove reais e dezessete centavos).
279 Paranã retira do município de Palmas vários procedimentos na modalidade ambulatorial, e
280 na modalidade internação, pediatria cirúrgica e cirurgia geral e colocando em outros tipos
281 de especialidades e remanejando para o município de Paranã gestão municipal onde todos
282 os procedimentos foram favoráveis perfazendo um valor anual de R\$ 149.723,92 (cento e
283 quarenta nove mil setecentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos). A Sr.^a Valéria
284 Paranaguá questionou se o município de Paranã tem condições de atender, de fazer cirurgia
285 pediátrica. A Sr.^a Simone Rios explicou que esta tirando da pediatria cirúrgica e incluindo a
286 cirurgia geral, relatou que está cadastrado no CNES e tem o clinico cirurgião geral
287 cadastrado e não está tirando tudo somente uma quantidade. O próximo município Santa
288 Rosa do Tocantins gestão municipal, solicita transferência Porto Nacional para o município
289 de Santa Rosa do Tocantins, vários procedimentos na modalidade ambulatorial,
290 laboratoriais, atividades educativas; consulta de atendimento domiciliar na atenção
291 especializada; médico, psicólogo, cirurgia, clinica, bioquímica e Hematologia avançada.
292 Vários procedimentos foram desfavoráveis, tendo em vista que não tem cadastrado nem o
293 serviço e nem o profissional, perfazendo um valor anual de R\$ 61.391,58 (sessenta e um
294 mil trezentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos). Na sequencia vem o
295 município de Silvanópolis que solicita remanejamento de Porto Nacional vários
296 procedimentos na modalidade ambulatorial, para os procedimentos de ultra-sonografias,

297 oftalmologias, bioquímica avançada, bioquímica intermediária, bioquímica simples,
298 hematologias, citometrias, imunologias, uroanálises, toxicologias e microbiologias para o
299 município gestão municipal, e os procedimentos de exame citopatológico, exames
300 anatomopatológicos de mama e biopsias foram desfavoráveis porque não tem cadastrado no
301 CNES nem o serviço e nem o profissional, perfazendo um valor anual de R\$ 10.375,02
302 (dez mil trezentos e setenta e cinco reais e dois centavos). E para finalizar a expositora
303 apresentou Formoso do Araguaia gestão municipal remanejando do município de Palmas
304 na modalidade ambulatorial remanejando vários procedimentos de raios-X, ultra-
305 sonografias, eletrocardiograma, consultas especializadas e fisioterapia, o remanejando para
306 o município de Formoso do Araguaia onde todos foram favoráveis perfazendo um valor
307 anual de R\$ 22.501,85 (vinte e dois mil quinhentos e um reais e oitenta e cinco centavos).
308 Item aprovado pela plenária. **PONTOS DE PAUTA PARA APRESENTAÇÃO E**
309 **HOMOLOGAÇÃO: Item 09 - Homologar a RESOLUÇÃO – CIB/TO N.º. 202/2017, de**
310 **24 de abril de 2017, Ad Referendum que Dispõe sobre a Proposta de Convênio N.º.**
311 **911420/17-003 para Construção de Unidade de Atenção Especializada em Saúde no**
312 **município de Praia Norte – TO, referente à Emenda Parlamentar N.º. 23590003; Solicitante:**
313 **Márcia Denis Oliveira Vieira/Secretária Municipal de Saúde de Praia Norte – TO.**
314 **Aprovado o Item 09. Item 10 - Homologar a Proposta de Convênio N.º. 911046/17003 para**
315 **Construção de Unidade de Atenção Especializada em Saúde no município de Araguaína –**
316 **TO, no valor de R\$5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais), referentes às**
317 **Emendas Parlamentares: N.º. 26930002 no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) da**
318 **Parlamentar Dorinha Seabra Rezende, N.º. 29310002 no valor de R\$ 400.000,00**
319 **(quatrocentos mil reais) do Parlamentar Ataídes Oliveira, N.º. 29180005 no valor de**
320 **R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) do Parlamentar Vicentinho Alves, N.º. 24290005 no**
321 **valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) do Parlamentar Lázaro Botelho, N.º.**
322 **30860009 no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) da Parlamentar Dulce Miranda,**
323 **e N.º. 37750006 no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) do Parlamentar**
324 **Vicentinho Júnior; Solicitante: Jean Luis Coutinho Santos/ Secretário Municipal de Saúde**
325 **de Araguaína – TO. Esclarece que é a primeira fase da construção do Hospital Municipal,**
326 **hoje o hospital é alugado e esse valor é para iniciar a primeira fase da construção do**
327 **Hospital próprio. Aprovado o Item 10. Item 11 - Homologar a Proposta de Projeto N.º.**
328 **11046.759000/1170-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a**
329 **Atenção Especializada do município de Araguaína – TO, no valor de R\$340.000,00**

330 (trezentos e quarenta mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 36950007 da
331 Parlamentar Deputada Jose Nunes: Solicitante: Jean Luis Coutinho Santos/ Secretário
332 Municipal de Saúde de Araguaína – TO. O solicitante relata que são equipamentos para a
333 estruturação do hospital. Aprovado o Item 11. **Item 12 - Homologar a Programação Anual**
334 das Ações de Vigilância Sanitária dos municípios: Abreulândia, Aguiarnópolis, Aliança do
335 Tocantins, Ananás, Angico, Aparecida do Rio Negro, Araguacema, Araguañã,
336 Augustinópolis, Araguatins, Axixá do Tocantins, Bernardo Sayão, Brejinho de Nazaré,
337 Buriti do Tocantins, Campos Lindos, Carrasco Bonito, Carmolândia, Centenário, Chapada
338 da Natividade, Conceição do Tocantins, Combinado, Couto Magalhães, Divinópolis, Dois
339 Irmãos, Dueré, Esperantina, Fátima, Figueirópolis, Fortaleza do Tabocão, Itapiratins,
340 Goianorte, Goiatins, Gurupi, Ipueiras, Lagoa da Confusão, Lajeado, Marianópolis,
341 Miranorte, Miracema do Tocantins, Monte Santo, Natividade, Nazaré, Nova Rosalândia,
342 Novo Acordo, Novo Alegre, Novo Jardim, Palmeirante, Palmeirópolis, Peixe, Pedro
343 Afonso, Pequizeiro, Pindorama, Pium, Porto Alegre do Tocantins, Presidente Kennedy, Rio
344 da Conceição, Rio dos Bois, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Santa Rita
345 do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, São Valério do
346 Tocantins, São Bento do Tocantins, Sampaio, Silvanópolis, Sítio Novo do Tocantins,
347 Sucupira, Talismã, Tocantínia, Tocantinópolis, Tupirama, Tupiratins e Wanderlândia e
348 Xambioá para o ano de 2017: A Expositora Gerente de Apoio ao Sistema de Vigilância
349 Sanitária Sr.ª Valdirene Aparecida dos Santos Souza informa que foi incluído os
350 municípios de Novo Acordo e Itapiratins, e todos os municípios citados encaminharam a
351 programação devidamente assinada com a aprovação do Conselho Municipal de Saúde e
352 que todos estão aptos para ser homologados, relata que o município de Palmas pactuou as
353 atribuições, mas a programação não foi enviada, e os municípios que não encaminharam a
354 programação ainda pode ser homologados na próxima reunião da CIB, e o prazo seria até o
355 dia 10 de junho para tomar as providências porque essa será a ultima reunião, e
356 respondendo o município de Babaçulândia que já foi homologada na reunião anterior. Item
357 aprovado pela plenária. **Item 13 - Homologar a Proposta de Projeto N°. 36000.1225802/01-**
358 **700 para Incremento do Piso de Atenção Básica (PAB) do município de São Miguel do**
359 **Tocantins – TO, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referentes à**
360 **Emenda Parlamentar N°. 26900005 do Parlamentar César Halum: Solicitante: Alberto**
361 **Loiola Gomes Moreira/ Secretário Municipal de Saúde de São Miguel do Tocantins – TO.**
362 **Item aprovado pela plenária. **Item 14 - Homologar a Proposta de Projeto N°.****

363 11478.207000/1177-04 para Reforma da Unidade Básica de Saúde I (UBS I) do município
364 de São Miguel do Tocantins – TO, no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais)
365 referentes à Emenda Parlamentar N°. 26900004, do Parlamentar César Halum: Solicitante:
366 Alberto Loiola Gomes Moreira/ Secretário Municipal de Saúde de São Miguel do
367 Tocantins – TO. Item aprovado pela plenária. **Item 15 - Homologar a Proposta de Projeto**
368 N°. 11478.207000/1177-07 para Construção da Unidade de Saúde da Família IV – Bela
369 Vista do município de São Miguel do Tocantins – TO, no valor de R\$726.000,00
370 (setecentos e vinte e seis mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 23590002, da
371 Parlamentar Kátia Abreu: Solicitante: Alberto Loiola Gomes Moreira/ Secretário Municipal
372 de Saúde de São Miguel do Tocantins – TO. Item aprovado pela plenária. **Item 16 -**
373 Homologar a Proposta de Projeto N°. 11439.826000/1170-03 para Aquisição de
374 Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde Eva da Silva
375 Abreu do município de Divinópolis do Tocantins – TO no valor de R\$10.000,00 (dez mil
376 reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 36950008 da Parlamentar Josi Nunes:
377 Solicitante: Adriana Alves Pereira/ Secretária Municipal de Saúde de Divinópolis do
378 Tocantins – TO. Item aprovado pela plenária. **Item 17 - Homologar a Proposta de Projeto**
379 N°. 36000.1121922/01-700 para Incremento de Média e Alta Complexidade (MAC) para o
380 Hospital de Pequeno Porte do município de Divinópolis do Tocantins – TO no valor de
381 R\$100.000,00 (cem mil reais), referentes à Emenda Parlamentar N°. 26910001 do
382 Parlamentar Deputado Irajá Abreu: Solicitante: Adriana Alves Pereira/ Secretária
383 Municipal de Saúde de Divinópolis do Tocantins – TO. Item aprovado pela plenária. **Item**
384 **18 - Homologar a Proposta de Projeto N°.12278.6090001/17-002 para Aquisição de**
385 **Equipamentos e Materiais Permanentes para o município de Marianópolis – TO no valor de**
386 **R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referentes à Emenda Parlamentar N°. 29310001**
387 **do Parlamentar Ataídes Oliveira: Solicitante: Nelino Correa de Souza/Secretário Municipal**
388 **de Saúde de Marianópolis – TO. Item aprovado pela plenária. **Item 19 - Homologar a****
389 **Proposta de Projeto N°.12278.6090001/17-003 para Implantação da Academia de Saúde do**
390 **município de Marianópolis – TO no valor de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)**
391 **referentes à Emenda Parlamentar N°. 37750007 do Parlamentar Vicentinho**
392 **Júnior:Solicitante: Nelino Correa de Souza/Secretário Municipal de Saúde de Marianópolis**
393 **– TO. Item aprovado pela plenária. **Item 20 - Homologar a Proposta de Projeto N°.****
394 **12937.604000/1170-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o**
395 **Pronto Atendimento do município de São Bento do Tocantins - TO no valor de**

396 R\$129.990,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos e noventa reais), referentes à Emenda
397 Parlamentar Nº. 26930001 da Parlamentar Dorinha Seabra Rezende: Solicitante: Maria dos
398 Santos Macedo de Oliveira Santos/Secretário Municipal de Saúde São Bento do Tocantins
399 – TO. Item aprovado pela plenária. **Item 21-** Homologar a Proposta de Projeto Nº.
400 11320420000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o
401 município de Palmas – TO no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) referentes à Emenda
402 Parlamentar Nº. 29310002 do Parlamentar Ataídes Oliveira: Solicitante: Juliana Ribeiro
403 Pinto/Diretora de Atenção Secundária em Saúde/SMS de Palmas. Item aprovado pela
404 plenária. **Item 22** Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11320420000/1177-04 para
405 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o município de Palmas – TO no
406 valor de R\$ 499.970,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos e setenta reais)
407 referentes à Emenda Parlamentar Nº. 29310002 do Parlamentar Ataídes Oliveira:
408 Solicitante: Juliana Ribeiro Pinto/Diretora de Atenção Secundária em Saúde/SMS de
409 Palmas. Item aprovado pela plenária. **Item 23 -** Homologar a Implantação de 01 (uma)
410 Equipe de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) III, para o município de
411 Recursolândia – TO: Expositora: Gilian Cristina Barbosa/Diretora de Atenção
412 Primária/SES. Item aprovado pela plenária. **PONTOS DE PAUTA PARA**
413 **APRESENTAÇÃO E ESCLARECIMENTO.** **Item 24 -** Apresentação e
414 Esclarecimentos sobre o Encontro de Contas Relacionado à Ampliação da Oferta de
415 Serviços do Hospital Municipal de Colinas do Tocantins – TO com impacto financeiro:
416 Expositor Paulo Henrique M. Teixeira/Secretário Adjunto de Saúde de Colinas do
417 Tocantins – TO apresentou a prestação de contas da oferta de serviços e impacto financeiro
418 especificamente para o Hospital Municipal de Colinas do Tocantins, reiterou que essa
419 prestação de contas deveria ter sido feita pela gestão anterior, mas não foi feito, restando
420 fazer agora referente o período de março de 2015 até abril de 2017. O expositor fez uma
421 breve apresentação do município que foi criado em 23 de outubro de 1.963 com uma
422 extensão territorial de 843, 846 km² (oitocentos e quarenta e três mil oitocentos e quarenta e
423 seis) quilômetros quadrado e uma população de 34.416 (trinta e quatro mil quatrocentos e
424 dezesseis) habitantes, e no quadro 01 - apresentou os dez municípios que pactuam com
425 Colinas, e a população atendida pelo município que é em torno de 82.746 (oitenta e duas
426 mil setecentos e quarenta e seis) pessoas atendidas diretamente por Colinas do Tocantins e
427 os dez municípios que tem pactuação no âmbito ambulatorial quanto hospitalar, com
428 exceção de Arapoema que não pactua com Colinas do Tocantins no âmbito hospitalar

429 considerando que o município tem um hospital regional público, e no Quadro 02
430 demonstrou o numero de leitos que o hospital dispõe que são 61 (sessenta e um) leitos
431 quase efetivamente funcionando, relatou encontraram dez leitos desativados desses dez seis
432 eram pediátricos e os quatros leitos destinados a clinica psiquiátricos, o expositor relata que
433 estão em processo de reativação desses leitos visando ampliar a oferta para 61 (sessenta e
434 um) leitos de fato que são os leitos cadastrados, e os serviços Média e Alta Complexidade
435 (MAC) que foram ampliados através da pactuação em 2015 com repasse de R\$ 186.000,00
436 (cento e oitenta e seis mil reais) da MAC do município com um repasse fundo a fundo. Na
437 sequencia o expositor apresenta o Quadro 03 – Serviços de média e alta complexidade
438 ofertados pelo Município de Colinas do Tocantins sendo: Consultas em cirurgia geral 1.673
439 (um mil seiscentos e setenta e três) em 2015; 1.707 (um mil setecentos e sete) em 2016 e
440 324 em 2017. Consulta em pediatria 1.937 (um mil novecentos e trinta e sete) em 2015;
441 2.420 (duas mil quatrocentos e vinte) consultas em 2016 e 767 (setecentos e sessenta e sete)
442 consultas em 2017. Consulta em urologia 447 (quatrocentos e quarenta e sete) em 2015;
443 728 (setecentos e vinte e oito) em 2016 e 37 (trinta e sete) em 2017. Consulta em
444 ginecologia 765 (setecentos e sessenta e cinco) consultas em 2015; 1.179 (um mil cento e
445 setenta e nove) consultas em 2016 e 299 (duzentos e noventa e nove) consultas em 2017.
446 Consulta em Neurologia 271 (duzentos e setenta e uma) consultas em 2015; 310 (trezentos
447 e dez) consultas em 2016 o expositor relatou que por enquanto não estão atendendo
448 urologia nem cardiologia que não consta nessa lista de serviços porque não compôs o
449 escopo de serviços ampliados. Explicou que foram publicados dois editais de tomada de
450 preços, mas não foram atendidos, e que hoje estão com a sessão acontecendo para a
451 contratação de um neurologista e um cardiologista. Mamografia e tomografia são dois
452 serviços que nunca foram ofertados no município de Colinas do Tocantins, estão tentando
453 fazer um remanejamento dos tetos físico e financeiro dos 23 (vinte e três) municípios da
454 região de saúde para o Município de Colinas do Tocantins poder ofertar o serviço para
455 terceirizar os serviços e oferecer considerando a distancia dos mesmos para Araguaína. Na
456 sequencia Ultrassonografia 76 (setenta e seis) em 2015; 87 (oitenta e sete) em 2016 e 54
457 (cinquenta e quatro) em 2017. O expositor informou que tem um aparelho de
458 ultrassonografia que foi adquirido no final de 2016 e que estava encaixotado dentro dos
459 corredores do hospital e já foi feito todo o procedimento para que o aparelho funcione. Na
460 sequênciã vêm Cirurgias eletivas 269 (duzentos e sessenta e nove) cirurgias em 2015; 258
461 (duzentos e cinquenta e oito) em 2016 e 19 (dezenove) em 2017. Pequenas cirurgias 1.404

462 (um mil e quatrocentos e quatro) em 2015; 1.449 (um mil quatrocentos e quarenta e nove)
463 em 2016 e 305 (trezentos e cinco) em 2017. Patologia clinica 78.702 (setenta e oito mil
464 setecentos e duas) em 2015; 45.125 (quarenta e cinco mil cento e vinte e cinco) em 2016 e
465 credenciamento em maio para poder ofertar esses exames. Radiologia 4.499 (quatro mil
466 quatrocentos e noventa e nove) em 2015; 4.880 (quatro mil oitocentos e oitenta) em 2016 e
467 1.135 (um mil cento e trinta e cinco) em 2017. Eletrocardiograma 47 (quarenta e sete) em
468 2015; 359 (trezentos e cinquenta e nove) em 2016 com início em junho/2017, e para
469 finalizar apresentou o quadro - 04 das cirurgias eletivas ofertadas aos municípios
470 referenciados e justificou o porquê da baixa realização de cirurgia tendo em vista que estão
471 em processo de reestruturação de equipamentos porque são equipamentos bastante antigos
472 e para dar conta dos procedimentos com qualidade não colocando em risco a vida dos
473 pacientes e estão fazendo conforme a capacidade, com qualidade e com um processo
474 contínuo de melhoria. Destacou que cirurgias eletivas e consulta e procedimentos serão
475 regulados para garantir o acesso dos municípios e estão seguindo a orientação para utilizar
476 o Sistema Nacional de Regulação (CISREG) para fazer o controle de acesso, a demanda
477 reprimida deverá ser encaminhados para a central de regulação estadual, e o município terá
478 o prazo de quinze dias para aprovação quanto a questão do monitoramento que deveria ter
479 apresentado na CIB de junho de 2015 e estão apresentando somente hoje e ratificando o
480 compromisso que todos os anos prestarão conta com a diretoria e também apresentando na
481 CIB. Aprovado o Item 24. **PONTOS DE PAUTA PARA INFORMES: Item A. Informe**
482 **sobre o Levantamento de Demandas Reprimidas de Procedimentos da Região de Saúde**
483 **Amor Perfeito, pactuados com o município de Palmas, e não estão sendo realizados:**
484 Expositor: Lucione de Oliveira Negre/ Secretário Municipal de Saúde de Monte do Carmo
485 – TO. Item retirado da Pauta. **Item B. Informe sobre os Projetos Apoiadores**
486 **COSEMS/CONASEMS do Hospital Alemão e apresentação dos Apoiadores:** Expositor:
487 Wolney Jácomo de Sousa/Coordenador Assessoria Técnica. Item apresentado no início da
488 reunião. **Item C. Informes da Secretaria Geral da Comissão Intergestores Bipartite /TO:**
489 **PINDORAMA – TO: Termo de Recebimento Provisório de Obra da Unidade Básica de**
490 **Saúde II, localizada na Rua Lino Cezário, esquina com a Avenida 09, no município de**
491 **Pindorama – TO. Proposta de Projeto N° 11490763000113001. A Srª. Luiza Regina Dias**
492 **parabenizou o município de Pindorama pela conclusão da obra. PONTOS PARA**
493 **INFORMES E ESCLARECIMENTOS: Item D. Informe/Esclarecimento sobre a**
494 **Deliberação da CIB. A Srª. Valéria Paranaguá relata que como membro da mesa foi**

495 indicado pelo COSEMS para ser conselheira no Conselho Municipal de Saúde (CMS) está
496 preocupada porque houve uma discussão sobre as políticas de saúde, os conselheiros estão
497 ansiosos porque as políticas não estão sendo discutidas lá, estão sendo discutida na CIB, e
498 ontem foi uma aclamação dos conselheiros quando citou o caso do Hospital de Barretos, ela
499 relatou que esse caso já passou na CIB e já foi aprovado, e que pediu para a Sr.^a Nayara a
500 resolução justamente aprovando a instalação do Hospital de Barretos em Palmas, onde
501 ficou o dito pelo não dito, e estão pedindo que as deliberações aqui fiquem na parte que é
502 pertinente a CIB. A Sr.^a Luiza Regina relata que está até tirando um encaminhamento de
503 fazer um processo de fortalecimento da educação permanente para estar resgatando, porque
504 há um conflito nas práticas dessa governança do SUS, do que é papel do Conselho e do que
505 é papel da CIB, ambos são organismos instituídos legalmente para gestão do Sistema Único
506 da Saúde, mas sempre se depara com esses conflitos do que é papel de quem. Destacou que
507 foi apresentado no Conselho foi pautado em janeiro de 2017 foi deliberado no Conselho o
508 plano de promoção e prevenção da política do câncer no estado, houve um delineamento de
509 toda essa política, as questões operacionais de execução desse plano foram para
510 programação anual da saúde a própria questão dessa rede de prevenção e tratamento do
511 câncer também está disposta no plano de saúde, foi aprovado no Conselho. A Sr.^a Luiza
512 Regina esclareceu que a operacionalização e suas etapas não têm sido apresentadas no
513 Conselho, mas o plano integral da área de prevenção e tratamento do câncer foi deliberado
514 no Conselho sim. A Dr.^a Maria Roseli quer saber se esse é o entendimento da gestão que
515 não deveria passar a discussão pelo CES. A Sr.^a Luiza Regina afirmou que não daria essa
516 resposta se sim ou não porque diante da discussão que surgiu no ano de 2016 e agora 2017
517 dessa demanda da sociedade em relação à instalação desse hospital aqui no Tocantins e
518 paralelo a isso ao projeto do MS de expandir a atenção oncológico no País onde o
519 Tocantins foi contemplado com a instalação de uma máquina, segundo a expositora não
520 comporta a instalação de mais duas máquinas no Tocantins, porque tem uma em Araguaína
521 uma no privado aqui em Palmas e a perspectiva dessa máquina no hospital público e
522 também a perspectiva do Hospital de Barretos se instalar em Palmas e ai começaram a
523 discussão e na perspectiva de instalar a máquina do acelerador linear no Hospital de
524 Barretos e não no HGP e que o MS solicitou a pactuação da CIB, foi por isso que a SES
525 trouxe para a CIB esse assunto. A Dra. Maria Roseli relata que foi falado na reunião do
526 Ministério Público Federal (MPF) que a portaria que trata dessa ampliação diz que o
527 serviço tem que ser eminentemente público não tem uma portaria do MS autorizando esse

528 serviço sendo prestado por uma filantrópica, e também compreender em razão de uma
529 marcha da população, é assim que o gestor vai se posicionar e a outra nuance que deve ser
530 observada para organizar serviços serão desprezados, inclusive o controle social, a
531 promotora acha importante posicionar o entendimento do secretário porque fica tudo no ar,
532 o que pode o que deve o que não deve inclusive o Conselho se sentiu ultrajado em suas
533 funções. O Sr. Sinvaldo relata que no Congresso Norte Nordeste ganharam um puxão de
534 orelha do Conselho Nacional de Saúde (CNS) justamente da CIT estar deliberando
535 mudanças ou implementação de políticas como está acontecendo do programa Mais
536 Médicos, que não passou pelo CNS e porque o CONASS e o CONASEMS aprovaram o
537 mérito da minuta de portaria, mais ainda vai para a próxima CIT, e o CNS quando foi para
538 implantar o programa Mais Médico foram chamados para discutir, e é importante a idéia de
539 encaminhamento para ver o papel enquanto Conselho Municipal de Saúde (CMS). A Dra.
540 Maria Roseli quer saber se a CIB sabia que não havia apreciação por parte do Conselho a
541 respeito dessa matéria, todos entendem que o Conselho Estadual de Saúde (CES) precisa
542 deliberar sobre essa matéria, quem entende permaneça como está, e informou que está
543 fazendo um encaminhamento para que a CIB anule a votação feita que extraiu aquela
544 resolução para que a matéria seja apreciada no CES se assim todos entenderem que possa
545 deliberar, ou então tira o expediente daqui com assinatura de todos entendem que o CES
546 não tem voz nesse processo. O Sr. Jean pergunta se não pode ser encaminhado para o CES
547 um *Ad Referendum*, a resolução da CIB para ser discutido lá. A Sr.^a Luiza Regina quer
548 fazer outro encaminhamento para uma Câmara Técnica o mais rápido possível com pontos
549 esclarecedores, inclusive por parte do MS em relação ao posicionamento dele porque é um
550 projeto de financiamento integral do MS sem o repasse de recurso financeiro para o estado,
551 em momento algum esse projeto quando foi idealizado vislumbra o repasse de recursos
552 financeiro para o Estado; mas o Estado como beneficiário desse serviço e de como está a
553 política do Projeto de Expansão da Assistência Oncológica – (Projeto Expand); como que
554 está a implementação do projeto, que precisam conhecer essa questão em relação ao projeto
555 como um todo. A Sr.^a Valéria Paranaguá esclarece que na resolução da CIB está assim:
556 Considerando a Portaria do MS, Considerando a exposição feita pelo superintendente,
557 Considerando análise e pactuação na CIB, deveria constar Considerando a resolução do
558 Conselho, é essas falhas que aconteceu e os conselheiros ontem aclamaram justamente isso
559 ai. A Sr.^a Luiza Regina esclarece que a expansão dos serviços consta no plano de ação as
560 questões operacionais dele de implantação não vai constar porque é uma execução

561 financeira do MS não é da SES que precisam de um amadurecimento e compreender como
562 estão inseridos nesse projeto para tomar decisões mais corretas. A Dr.^a. Maria Roseli
563 pergunta se a orientação veio do MS que não existia a necessidade da deliberação do CES,
564 apenas uma resolução da CIB. A Sr.^a Luiza Regina relata que todos prezam pela discussão
565 com o Conselho, sendo ela suplente do Secretário no Conselho e como Superintendente de
566 Planejamento sempre prezou por esse entendimento do papel do CES. A Dra. Maria Roseli
567 insiste em perguntar se não existia a necessidade da deliberação do Conselho, e que a CIB
568 deveria se reportar oficialmente ao CES dando essas explicações, e dizer que tem um
569 inquérito civil publico apurando essa situação. A Sr.^a Luiza Regina coloca como
570 encaminhamento essa Câmara Técnica o mais breve possível para poder tratar
571 especificamente desse assunto e a partir daí a questão de estar revogando essa resolução. A
572 Dra. Maria Roseli relata que pelo que foi falado na reunião com o MPF que se a maquina
573 de radioterapia viesse para o HGP teria um serviço funcionando no final da conclusão da
574 obra com previsão para o final do ano, más sendo destinado para o Hospital de Barretos só
575 daqui cinco anos teria esse serviço sendo ofertada para população, a promotora acha uma
576 situação grave até em razão da demora, os pacientes vão continuar sofrendo muito para
577 conseguir acesso a esses serviços, porque não são todos os pacientes da região central que
578 são encaminhados para essa clinica particular de Palmas, muitos são obrigados ir para
579 Araguaína, destaca que são mais cinco anos até que esse Hospital de Barretos seja
580 construído. O Sr. Carlos Felinto relata que em relação à obra do Projeto Expand não tem
581 conhecimento e nem uma sinalização do próprio MS de quando esse projeto seria de fato
582 executado o que tem é que desde 2012 foi aprovado o plano de expansão da radioterapia
583 100% (cem por cento) financiado pelo MS onde o MS iria licitar construir a obra dentro do
584 espaço da unidade do HGP, e depois de construído instalar esse equipamento, mas sobre o
585 prazo ainda não tem conhecimento. A Sr.^a Luiza Regina coloca como encaminhamento essa
586 Câmara Técnica porque é um espaço focado para dirimir questões complexas, que ficou
587 agendada para o dia 21 de junho de 2016 na mesma ocasião que irão tratar do projeto da
588 descentralização da média e alta complexidade. **Item E. Informe/Esclarecimento sobre o**
589 **Congresso de Saúde Integrado nos dias 26 e 27 de maio de 2017.** A Sr.^a Luiza Regina
590 informa sobre o Congresso de Saúde Integrado nos dias 26 e 27 de maio de 2017 que o link
591 já está disponível e para que todos façam suas inscrições apresentação de trabalho de
592 pôster, vamos todos participares. **Item F. Informe/Esclarecimento sobre o**
593 **Encaminhamento da 1ª Câmara Técnica de Gestão do SUS do ano de 2017:** A Sr.^a. Nayara

594 informa que ontem aconteceu a 1ª Câmara Técnica de Gestão do SUS onde tinha em pauta
595 a política de média e alta complexidade do estado do Tocantins demandado da CIB do mês
596 passado, a Emenda Parlamentar de Bancada, o Monitoramento e a Avaliação do Projeto de
597 Cirurgias Oftalmológicas que foi aprovado pela Resolução Nº 106/2016 e o Regramento
598 dos Plantões de Sobreaviso, os encaminhamentos foram os seguintes: Para a política de
599 média e alta complexidade do estado do Tocantins ficou acordado que acontecerá uma
600 reunião do grupo técnico para início das discussões e da continuidade da construção dos
601 instrumentos; reunião do grupo do trabalho dia 14 de junho de 2016 será revisto a
602 composição dos membros para essa discussão em seguida acontecerá a Câmara Técnica no
603 dia 21 de junho de 2016 que terá como pauta esse assunto para revisão do projeto. A
604 Emenda Parlamentar de Bancada ficou acordada que o estado e municípios irão sentar
605 juntos para a discussão considerando que houve um contingenciamento no valor dos R\$
606 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) e o Estado e o COSEMS irão sentar
607 para discussão e divisão desse recurso, no monitoramento e discussão das Cirurgias
608 Oftalmológicas teve alguns encaminhamentos sendo: O município de Palmas ficou de
609 apresentar um relatório de monitoramento a respeito do projeto de Cirurgias
610 Oftalmológicas; Porto Nacional irá oficializar e relatar a situação para a área Técnica;
611 Gurupi ficou de apresentar as dificuldades que tem passado em relação ao assunto, e ficou
612 acordado que os municípios deverão melhorar o faturamento, Araguaína apresentou a
613 tabela que será usado de modelo para o restante dos municípios. A área Técnica ficou de
614 padronizar o modelo e apresentar para o restante. A Sr.^a Luiza Regina esclarece que em
615 relação aos plantões de sobreaviso que foi retirado da pauta por entendimento na Câmara
616 porque o Sindicato dos Médicos tinha entrado com a liminar solicitando indenização por
617 perdas financeira em relação da forma com que o estado remunera os plantões de
618 sobreaviso e o Estado se utiliza de uma Resolução da CIB para esse regramento da relação
619 de dois plantões de sobreaviso equivale a 50% (cinquenta por cento), do ordinário, apesar
620 de que a SES demonstrou em esclarecimento para a PGE que para tratar de forma
621 diferenciada esse assunto colocaria em prejuízo os serviços porque de forma similar a
622 iniciativa privada remunera 30% (trinta por cento) do plantão de sobreaviso em relação ao
623 plantão presencial, e no Estado são 50% (cinquenta por cento), mas o questionamento da
624 ação foi quanto à legalidade da CIB tratar o assunto. A PGE não entrou no mérito porque o
625 sindicato não tem registro no MT para ingressar com uma ação de inconstitucionalidade da
626 CIB para tratar do assunto, más de qualquer modo foram demonstradas para a PGE o papel

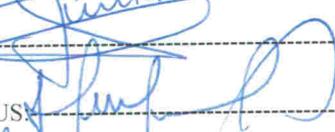
627 da CIB por que há um paradigma em relação ao papel do fórum de discussão e pactuação
628 que não se restringe só na divisão dos recursos, mas todos os aspectos operacionais,
629 financeiros e administrativos desse recurso e não apenas recursos financeiros, mas qualquer
630 tipo de recurso que se lance mão para o desenvolvimento das ações de saúde, mas não
631 houve esse mérito na ação a Juíza julgou procedente a defesa da PGE do Estado e arquivou
632 a ação, mas é uma matéria que a SES precisa tratar de que maneira ela vai aplicar o que foi
633 dirimido aqui na CIB, o entendimento é que podem trazer sim para a CIB para o CES
634 apesar de que eles entendem que não é papel deles, não tem que deliberar sobre questão de
635 RH, houve esse entendimento no CES, foi levado assunto de gestão de pessoas para
636 conhecimento com pedido de ajuda no que diz respeito a esse gerenciamento de pessoas e o
637 CES entende que não cabe a ele deliberar sobre, mas o entendimento não foi pedido de
638 deliberação, mas de levar informações para que se apropriem dele e tenham condições de
639 fiscalizar, relatou que tem debatido muito, mas estão avançando, tem uma comissão de
640 Recursos Humanos onde tem tido oportunidade de se reunir e tratar de forma mais
641 detalhada sobre essas questões do CES. A Sr.^a Luiza Regina Noletto, relatou que é
642 complexo e envolve muitas partes interessadas porque todos são interessados no SUS e ai
643 surgem os conflitos. O Sr. Vânio só colaborando com o projeto de oftalmologia, onde foi
644 Pactuado o projeto em agosto de 2016 e começaram os repasses em setembro de 2016 onde
645 quatro municípios do estado ficaram como municípios sede para atender as regiões, sendo:
646 Gurupi, Porto Nacional, Palmas e Araguaína, foi uma discussão com as demanda que
647 estava desde 2012 estavam paradas sem acesso, e sabe que esse quantitativo não atende as
648 demandas dos municípios, foi um projeto para iniciar e depois tabular e ver o que tinha de
649 demanda para o monitoramento posterior, e o fato é que alguns municípios ter sede não
650 conseguiu ainda ofertar esse procedimento, em Gurupi a antiga gestora suspendeu e de lá
651 para cá não foi ofertado, associado a isso o município teve um problema de faturamento
652 com o prestador. O Sr. Vânio esclarece que ficou acordado um valor diferente do que era
653 aqui, porque está havendo essa discussão no CEMAS para contextualizar a necessidade e a
654 urgência que tem de implantar esses serviços na rede oftalmológica no estado, relata que
655 ficou abismado com um relatório encaminhado ao CEMAS que um médico trabalhou cinco
656 horas e ganhou R\$ 23.000,00(vinte e três mil Reais), um plantão do oftalmologista está
657 saindo a R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), associado a isso o estado encaminhou para os
658 municípios os processos que estava sob sua guarda e foi explicado que muitos desses
659 processos estão com os exames vencidos, e muitos desses pacientes já fizeram esses

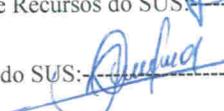
660 procedimentos e a SMS de Gurupi tem entrado em contato com os municípios falando da
661 situação desses pacientes e pedindo a substituição. Destacou que a gestora anterior mandou
662 um ofício pedindo a substituição de quatro pacientes que já havia feito os procedimentos, O
663 Sr. Vânio informou que vai apresentar um relatório na próxima CIR em Formoso do
664 Araguaia, com o saldo de cada município porque não há interesse da gestão ficar com
665 recursos do município, o interesse é executar os procedimentos que a eles são
666 referenciados. Relatou que tem instancias de negociações quando tem problema com
667 Palmas não vem no pleno trazer um questionamento de Palmas se reporta ao gabinete, se o
668 gabinete não resolve leva para a CIR, se a CIR não resolve leva para o COSEMS, se o
669 COSEMS não resolve traz para CIB. O Sr. Vânio esclareceu que na CIR em Formoso do
670 Araguaia será apresentado o saldo de cada município e a área tem reportado que alguns
671 municípios não dão à devolutiva, mas cada um responde pelos seus atos. Relatou que
672 conseguiu solucionar a pendência com o prestador e o município de Gurupi já está apto
673 com o prestador para fazer os procedimentos e os processos vão ser encaminhados e
674 agendados pelo prestador, e será encaminhado para o relatório do CEMAS e apresentado na
675 CIR. O Sr. Roberto Sampaio SMS de Alvorada faz uso da palavra para dizer que em
676 nenhum momento deixou transparecer que seria algo pessoal, este é um espaço democrático
677 de debate, e se o assunto for relacionado a eleição do COSEMS isso já passou acha que
678 esse é o espaço certo e é aqui que vão debater. E para finalizar a Sr.^a Luiza Regina faz as
679 devidas correções na ata da Reunião Extraordinária do dia 07 de abril de 2016 para que a
680 mesma seja aprovada pela plenária. A Sr.^a Luiza Regina representando o Secretário de
681 Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB/TO nesta plenária, encerrou a reunião às
682 dezessete horas e onze minutos e para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida
683 e aprovada, será assinada pelo Presidente da CIB ou representante e pelos demais membros
684 presentes nesta reunião.

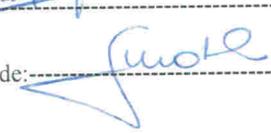
685 **SESAU:**

686 Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Planejamento do SUS: 

687 Carlos Felinto Junior/Superintendente de Políticas de Atenção a Saúde: 

688 Hernane Farias Monteiro/Assistente Administrativo da Diretoria de Recursos do SUS: 

689 Laudecy Alves do Carmo Soares/Diretora da Escola Tocantinense do SUS: 

690 Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Dir. de Controle, Regulação, e Avaliação em Saúde: 

- 691 Marilene Coutinho Borges/Gerente de Desenvolvimento e Políticas de Saúde: Marilene Coutinho Borges
- 692 Vera Lucia Carvalho/Analista técnico Administrativo da SES: Vera Lucia Carvalho
- 693 **COSEMS:**
- 694 Clésio Alves da Silva/SMS de Brasilândia do Tocantins: _____
- 695 Jean Luís Coutinho/1º (primeiro) Vice-presidente do COSEMS e SMS de Araguaína: Jean Luís Coutinho
- 696 Maria das Dores Abreu Farias/SMS de Sítio Novo: _____
- 697 Sinvaldo dos Santos Moraes SMS de Cristalândia: Sinvaldo dos Santos Moraes
- 698 Valéria Silva Paranaguá/Diretora Administrativa e SMS de Lajeado: Valéria Silva Paranaguá
- 699 Vânio Rodrigues de Souza/Presidente do COSEMS e SMS de Gurupi: VÂNIO RODRIGUES DE SOUZA